

A inédita contribuição do Cemel na Comissão da Verdade Vladimir Herzog

Nos 60 anos da triste lembrança do golpe civil-militar de 1964, é oportuno também evocar uma ditadura anterior, a do Estado Novo (1937-1945), que igualmente gerou torturas e assassinatos e, em certo aspecto, foi ainda mais brutal, ao fechar todos os Parlametos nos três níveis (municipal, estadual, federal) e extinguir a Justiça Eleitoral.

Os desmandos do governo ditatorial de Getúlio Vargas estão, há muito tempo, submersos no mar da desmemória. Poucos sabem, por exemplo, que o povoado do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (CE) foi vítima de um bombardeamento aéreo em maio de 1937. Sim, o Brasil teve a sua “Guernica”, com o agravante de que, ao contrário daquela cidade espanhola bombardeada por aviões estrangeiros (no caso, alemães), foram aviões militares brasileiros que massacraram seus compatriotas. Poucos também se recordam da figura crudelíssima de Filinto Müller, chefe da polícia getulista, cujas atrocidades foram denunciadas por David Nasser no livro “Falta alguém em Nuremberg”. Após o Estado Novo, Filinto, em vez de responder judicialmente por seus crimes, foi eleito, pela primeira vez, senador por Mato Grosso em 1947 e presidia o Senado quando veio a falecer em acidente aéreo em 1973.

Em 2012, foi criada a Comissão Nacional da Verdade para apurar os desvios estatais perpetrados no interregno entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, recorte temporal fixado pela Constituição Federal vigente, ficando, por conseguinte, formalmente excluída qualquer investigação sobre as barbáries cometidas entre 1937 e 1945. A referida comissão, todavia, provocou a sinergia de outras formadas com o mesmo propósito em Parlametos, universidades e outras instituições, entre as quais a instituída pela Câmara Municipal de São Paulo e que recebeu o nome de Vladimir Herzog, jornalista perversamente morto em dependência militar situada na cidade de São Paulo em 1975.

No começo de 2013, o historiador Alex Ricardo Zen Brasil, então gestor do Arquivo Geral do TRE-SP, ao compulsar a frágil cópia da ata da eleição de março de 1936 para a Câmara Municipal de São Pau-



lo, ponderou que a dissolução, pelo Estado Novo, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembleias Legislativas dos estados e das Câmaras Municipais representava, na realidade dos fatos, verdadeira cassação dos mandatos dos respectivos parlamentares. Essa tese chegou aos ouvidos do então vereador Gilberto Natalini, presidente da Comissão Vladimir Herzog, que, desejando conhecer pessoalmente as fontes documentais em que se baseava esse olhar retroativo, visitou, com cobertura jornalística da TV Câmara São Paulo, as dependências do Arquivo Geral/Cemel e delas saiu convencido da coerência histórica apontada.

Tal convencimento alcançou toda a Câmara Municipal, que reconheceu como vítimas de atos antidemocráticos os 20 edis que estavam no exercício dos mandatos em 10 de novembro de 1937, data do golpe do Estado Novo, nomes que se somaram aos de 15 vereadores eleitos em 1947, de quatro vereadores eleitos em 1951, de um eleito em 1963 e de outros dois eleitos em 1968, num total de 42 vereadores impedidos de atuar por arbitrariedades estatais. Em 9 de dezembro de 2013, no Plenário 1º de Maio do Palácio Anchieta, sede do Legislativo paulistano, aconteceu uma histórica e tocante cerimônia de restituição simbólica de mandatos de todos eles. Finda a sessão solene, foi descerrada uma placa comemorativa no saguão do andar térreo.

Da fragilidade das atas de papel da Justiça Eleitoral paulista para a solidez da placa da Câmara Municipal de São Paulo, portando discretamente a logomarca do Cemel/TRE-SP, a memória político-eleitoral encontrou seu destino.

Alicio Reginatto Júnior
José D'Amico Bauab
José Washington da Silva Assis